

A Bandeirantes confirma para a próxima quinta-feira a exibição de O Último Tango em Paris, com Maria Schneider e Marlon Brando. Sem cortes. Na mesma noite, a Globo estará mostrando Falcões da Noite, de Bruce Malmuth com Sylvester Stallone, e A Fogo e Sangue, de Reginald LeBorg com Stephen McNally e Alexis Smith na Sessão Western. Fácil escolher.

Muita gente impressionada com a proposta da Rede Manchete de produzir Cananga do Japão com duração de pelo menos um ano, e se possível estender a novela até para dois anos. Quando todos esperavam a diminuição das novelas e até maior concentração em minisséries, o projeto da Manchete é arrojado e pode criar um novo hábito. Vale correr o risco, todos os riscos. Ousadia é o que importa. Aposto que vai dar certo!
CLARA CONDE

CONSTITUINTE

O Congresso discute o rádio e a tevê

ANC 88
Pasta 12 a 20
março/87
072

Os meios de comunicação e, principalmente, o rádio e a televisão despertarão muitas discussões na Assembléia Constituinte. As áreas mais à esquerda defendem soluções radicais, estatizantes ou com exclusão do empresariado. O CORREIO ouviu quatro especialistas no assunto, eleitos para a Constituinte, que acham necessário manter a empresa privada na área, mesmo que se amplie a presença do Estado e mesmo da sociedade no controle de emissoras de rádio e TV. Antônio Britto (PMDB-RS), Hélio Costa (PMDB-MG) e Roberto D'Ávila (PDT-RJ) são parlamentares que sempre estiveram em frente às câmaras e que hoje, esporadicamente, ainda aparecem na tela. Artur da Távola (PMDB-RJ), apesar de não ser televisado, trabalha com a TV e escreve sobre ela. Os quatro analisam, nessas entrevistas, as experiências de países capitalistas desenvolvidos e mostram opções que o Brasil pode adotar para se modernizar no setor, renovando o seu Código de Telecomunicações.

RUBENS ARAUJO
Da Editoria de Cultura

Roberto D'Ávila

Estudo mais profundo



“Uma sociedade democrática pressupõe que os meios de comunicações são uma das questões mais importantes dentro dela. A concessão, para mim, deve ser uma posição não apenas dada pelo presidente da República, mas sim pelo Congresso. O Congresso deve participar das concessões dos canais para rádio e televisão, e quem sabe também deva participar um conselho nacional de informação, criado por pessoas da sociedade civil. Mas é uma coisa que deverá ser ainda estudada. E sou contra essa política que se faz atualmente de se dar rádios e televisões para os amigos.

Acho que a idéia de uma comissão nacional de informação pode passar para Constituinte, não vejo porque não. Eu mandei buscar todas as legislações, a americana, a francesa para estudar, para ver realmente como elas são nesses países, que são inclusive capitalistas.

A questão do Código de Telecomunicações é um assunto que também deve ser estudado mais profundamente.”

Artur da Távola

Organização tripartite



“A política de concessões acompanhou o estímulo econômico e o modelo político que o Brasil foi obrigado a adotar. Ela se fez na mesma linha de toda a economia brasileira, na base da concentração de poderes cada vez maiores. Com o pacto social e político mais amplo, o modelo deve sofrer modificações no sentido de uma maior democratização.

Diante disso, duas linhas habitualmente se chocam, as linhas que defendem a presença única do capital privado, e as linhas que defendem a presença do Estado. Eu acredito que a democratização não envereda nem por uma linha nem por outra. O caminho da democratização deve contemplar uma organização de natureza tripartite. Deve abrigo a iniciativa privada, que é indispensável, pelo tipo de ação específica da empresa; deve ter a presença do Estado, na ação educativa e cultural subsidiária; e deve ter um terceiro elemento regulador, que não existe na legislação brasileira, que é a presença da sociedade, através ou das organizações que compõem a sociedade organizada, ou de suas instituições capazes de representar a síntese do próprio contexto econômico, no caso, as universidades.

Acredito que se o Brasil evoluir para um sistema de concessões que atenda a iniciativa privada, numa determinada faixa, Estado e organizações da sociedade, teremos um sistema de comunicações extremamente democratizado.

A concessão é um direito do estado que pode ser exercido pelo Estado, como é hoje; que pode ser exercido pelo poder Executivo e Legislativo, que é uma forma inte-

ressante, pois equilibra politicamente assim, o sistema de concessão; ou poderá ser resolvido ainda, como em outros países, por uma comissão de alto nível, onde estariam inclusas organizações da sociedade. Como eu sou parlamentarista, acredito que uma fórmula que se revista de uma relação do poder Executivo com o Poder Legislativo, para a concessão de canais, é a ideal.”

Antônio Britto

A sociedade controla



No campo específico das concessões de rádio e televisão, você tem que, primeiro, manter a figura da concessão, quer dizer, o rádio e a televisão são serviços públicos que são concedidos pelo Estado para alguém, em caráter temporário, para que esse, em nome do Estado, o execute. Segundo, que essa concessão se deva dar à iniciativa privada, sem prejuízo de que ela também se dê à fundações, às entidades culturais etc. Terceiro lugar, eu não acredito que não exista um deputado ou senador constituinte que pense que alguém possa continuar determinando quem é que pode assumir esse direito, essa responsabili-

Os constituintes no ar

Tanto Antônio Britto, quanto Hélio Costa, Roberto D'Ávila e Artur da Távola tiveram e ainda têm, embora em menor proporção agora, uma ligação intensa com a televisão. Foi através dela, como porta-voz do ex-presidente Tancredo Neves, que Antônio Britto tornou-se conhecido por milhões de brasileiros, os mesmos que o carregaram para o Congresso. A popularidade de Hélio Costa, o ex-homem forte do Fantástico em Nova Iorque, só foi conseguida também depois de muitas reportagens.

Roberto D'Ávila talvez não conseguisse, por sua vez, ser eleito se não pousasse seus sorrisos descontraídos na tela, durante vários Conexões Internacionais, programa de entrevistas que ainda apresenta na Rede Manchete. Artur da Távola não atraiu muitos votos através da televisão, mas foi escrevendo sobre ela, na sua coluna diária do jornal O Globo, que ele entrou no círculo restritíssimo dos eleitos.

Como devem muito à televisão, não podiam esquecer dela, mesmo como constituintes. Eles ainda continuam nas telas ou escrevendo para o deleite de seus inúmeros fãs-eleitores. Antônio Britto trocou as reportagens e boletins médicos pelo programa A Hora da Verdade, que apresenta todos os domingos na Rede Manchete, a partir das 22 horas. E na Manchete, também, que Roberto D'Ávila continua a entrevistar vips no seu Conexão Internacional.

Hélio Costa, que sumiu da TV Globo por muito tempo, deu sinal de que voltaria à tela, com a entrega do Grammy. Ele estreará, ainda, sem data definida, na mesma Rede Globo, um programa sobre Constituinte.

Artur da Távola diminuiu seu ritmo de trabalho. Suas crônicas sobre a televisão brasileira aparecem agora no jornal O Globo somente nas terças, quintas e sábados. (R.A.)

dade, de influir diretamente na vida de milhões de pessoas.

Democratizar a concessão, a fiscalização do exercício da concessão e a renovação ou não dela são assuntos que a gente vai ter que discutir muito, com o envolvimento das empresas, dos sindicatos, da igreja, da universidade, para estabelecer uma fórmula que democratize o exame de quem deve receber concessão, como se fiscaliza e como se decide a renovação dessa concessão.

A gente precisa lembrar que essa política de concessão de canal para rádio e televisão é dissimulada legalmente, a partir de dispositivos que já estão completando mais de 25 anos. E, evidente, esses dispositivos estão defasados, primeiro do ponto de vista tecnológico, pois essa legislação foi feita antes do Embratel, do satélite e das FMs. Antes desse país unido pela comunicação que a gente tem hoje. Segundo, eles estão defasados do ponto de vista político. O Brasil no qual essa política de concessão foi gerada e ampliada não é o Brasil de hoje, onde há uma crescente participação da sociedade.

O que vai marcar a Constituição é a criação e ampliação, na maioria dos casos, pela primeira vez na ordem constitucional, de mecanismos mais efetivos de participação da sociedade e de controle pela sociedade daquilo que interfere mais diretamente em sua vida.”

Hélio Costa

Entulho autoritário



“A única coisa correta a se fazer no caso da concessão para rádio e televisão é adotarmos um processo democrático, que tenha, sobretudo o aspecto profissional para orientar essas concessões. Existem modelos no exterior que podem ser usados, como a FCC americana, Federal Communication Commission, que, no Brasil, poderia ser uma comissão federal de comunicação. Essa comissão poderia ser um órgão com representação, desde os donos de emissoras de TV e rádio, até o ouvinte de rádio e televisão. Incluiria também todos os setores de comunicação social do Brasil.

A comissão teria que ser capaz de interpretar a validade ou não de se entregar uma concessão federal a uma empresa, entidade ou pessoa.

Nos exemplos americano e inglês, a comissão é uma entidade representativa da comunicação social que tem um respeito muito grande. Ela pode não ter a palavra final, por que você não teria uma resposta definitiva de uma comissão como essa. Na pior das hipóteses, seria uma comissão do Congresso a ter uma palavra final. A palavra final poderia ser também do Presidente, mas seria impossível ao Presidente deixar de seguir a orientação dessa comissão. Se uma comissão diz que não se deve dar a concessão para fulano de tal, e o Presidente der, ele estará indo contra todo o complexo de comunicação social do País. Acho que o processo de comissão estaria moralizado se passasse por uma comissão dessas.

O código de telecomunicação do Brasil vai ter que ser reformulado também, porque é uma coisa ultrapassada, uma coisa feita durante o regime autoritário. Tem que ser revisto imediatamente e democratizado.”